

Em evento com centrais sindicais, deputado Arthur Maia defende suavizar proposta do governo para quem tem mais de 50 anos e punição a gestor público

Relator quer mudar regras de transição

São Paulo – Em seu primeiro encontro com uma central sindical desde que se tornou relator da reforma da Previdência na Câmara, o deputado Arthur Maia (PPS-BA) afirmou ontem que dificilmente a projeto da reforma sairá da comissão responsável pelo tema até o mês de abril. "Se sair no fim de abril, será um grande negócio", afirmou o parlamentar a membros da Força Sindical, central ligada ao deputado Paulinho da Força (SD-SP). Segundo Maia, há 10 audiências públicas previstas para ocorrer na comissão, que devem ser realizadas até meados de março e para as quais foram convidadas todas as centrais sindicais, inclusive a própria Força e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT. As discussões nas audiências, afirmou o deputado, servirão para aperfeiçoar o parecer do relator, que depois será debatido com os membros da comissão na Câmara.

Sobre o conteúdo da reforma, o relator voltou a defender que a regra de transição proposta pelo governo seja suavizada. Ele citou como exemplo o limite de 50 anos para os homens, que a partir dessa idade, depois da da-

ta de promulgação da reforma, terão uma condição mais vantajosa para ter o direito a aposentadoria. "É injusto que um trabalhador que fez 50 anos no dia da promulgação da reforma esteja em uma situação melhor do que aquele com 49 anos, 11 meses e 30 dias", afirmou. Para Maia, a regra de transição terá de ser mais suave, com mais degraus. Ele garantiu que os especialistas que trabalham com ele estão preparando uma regra de transição "mais justa".

O deputado também defendeu o fim de desonerações de tributos ligados à Previdência, dando como exemplo as entidades filantrópicas que, por se apresentarem ao governo como filantrópicas, deixam de pagar impostos para a Previdência, e as empresas inseridas no regime do Simples. "Com a alíquota única do Simples, a parte da Previdência vai lá pra baixo, precisamos de uma progressividade", disse.

O deputado Arthur Maia defendeu ainda que o seu parecer inclua crime de responsabilidade para gestores públicos que não pagarem a previdência dos funcionários públicos. "Foi uma

grande contribuição do evento de hoje", disse o deputado. "Eu não tenho dúvida que essa questão da gestão pública é fundamental para conter o déficit da Previdência", acrescentou. O deputado voltou a dizer que pretende entregar o parecer do projeto até o dia 20 de março.

URGÊNCIA O secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, afirmou que a reforma da Previdência não pode ser prorrogada por muito mais em meio aos sucessivos déficits a cada ano. Segundo ele, dada a evolução demográfica do jeito que se observa, não será possível acabar com o déficit, mesmo com a reforma. "A despesa tem trajetória muito ascendente, o objetivo é passar a ter uma trajetória razoavelmente estável nas próximas décadas. Tem que fazer uma reforma para contrapor este processo de envelhecimento muito acentuado", afirmou em seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

Caetano defendeu que é possível manter uma relação da despesa previdenciária como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) "razoavelmente estável, ain-

da que cresça em termos reais". Na visão dele, a reforma é necessária para garantir a sustentabilidade da Previdência. "A situação como está hoje será muito difícil de sustentar. É melhor fazer uma revisão que haja uma probabilidade muito maior de cumprimento de promessa do que prometer algo que será difícil de cumprir no futuro."

Segundo ele, o grande intuito da revisão das regras é a manutenção da Previdência "den-

tro dos limites do que dá para pagar". Caetano destacou que, no ano passado, a Previdência apresentou déficit de R\$ 150 bilhões. A previsão é que fique em R\$ 180 bilhões negativos em 2017. O secretário destacou que o regime próprio de Previdência também apresenta números negativos elevados. No caso da União, o ano passado fechou em R\$ 77 bilhões. "Os Estados também têm déficits bastante elevados", acrescentou.

FORÇA SINDICAL/DIVULGAÇÃO



Responsável pela reforma ao lado de Paulinho da Força (SD-SP)

'Não roubamos direitos', diz Temer

São Paulo – O presidente Michel Temer (PMDB) rebateu ontem as críticas de que a agenda de reformas do governo federal estaria retirando direitos dos trabalhadores. "Não roubamos direitos. Quem tem direito adquirido, adquirido está", disse Temer ao abordar a proposta de reforma da Previdência durante discurso feito no lançamento de medidas de apoio ao agronegócio na Zona Sul de São Paulo. Em sua fala, Temer defendeu a "higidez orçamentária", lembrando que a sustentação de programas assistenciais, como o Bolsa-Família – bem como do financiamento estudantil – depende de dinheiro público.

Da mesma forma, repetiu

que, sem a reforma previdenciária, o governo não terá condições de pagar aposentadorias no futuro. Nesse ponto, advertiu que ou se faz agora a reforma na Previdência, ou o aposentado que "bater na porta" do governo daqui a dez anos não terá o que receber. Ao lembrar que o tema foi "longamente" discutido no

passado, Temer também respondeu a críticas de que a reforma do ensino médio, feita por medida provisória, não teria sido adequadamente debatida com a sociedade. "A palavra que pauta nosso governo é a palavra diálogo", afirmou o presidente.

Em defesa da fixação de um limite às despesas primárias da

União, Temer afirmou também que o rombo previsto no Orçamento deste ano, próximo de R\$ 140 bilhões, é preocupante e precisa ser combatido. "Seria extremamente confortável gastar tudo e dizer, desculpe o termo, que se virem os outros. Mas nossa conduta foi de não gastar mais do que se arrecada", disse.